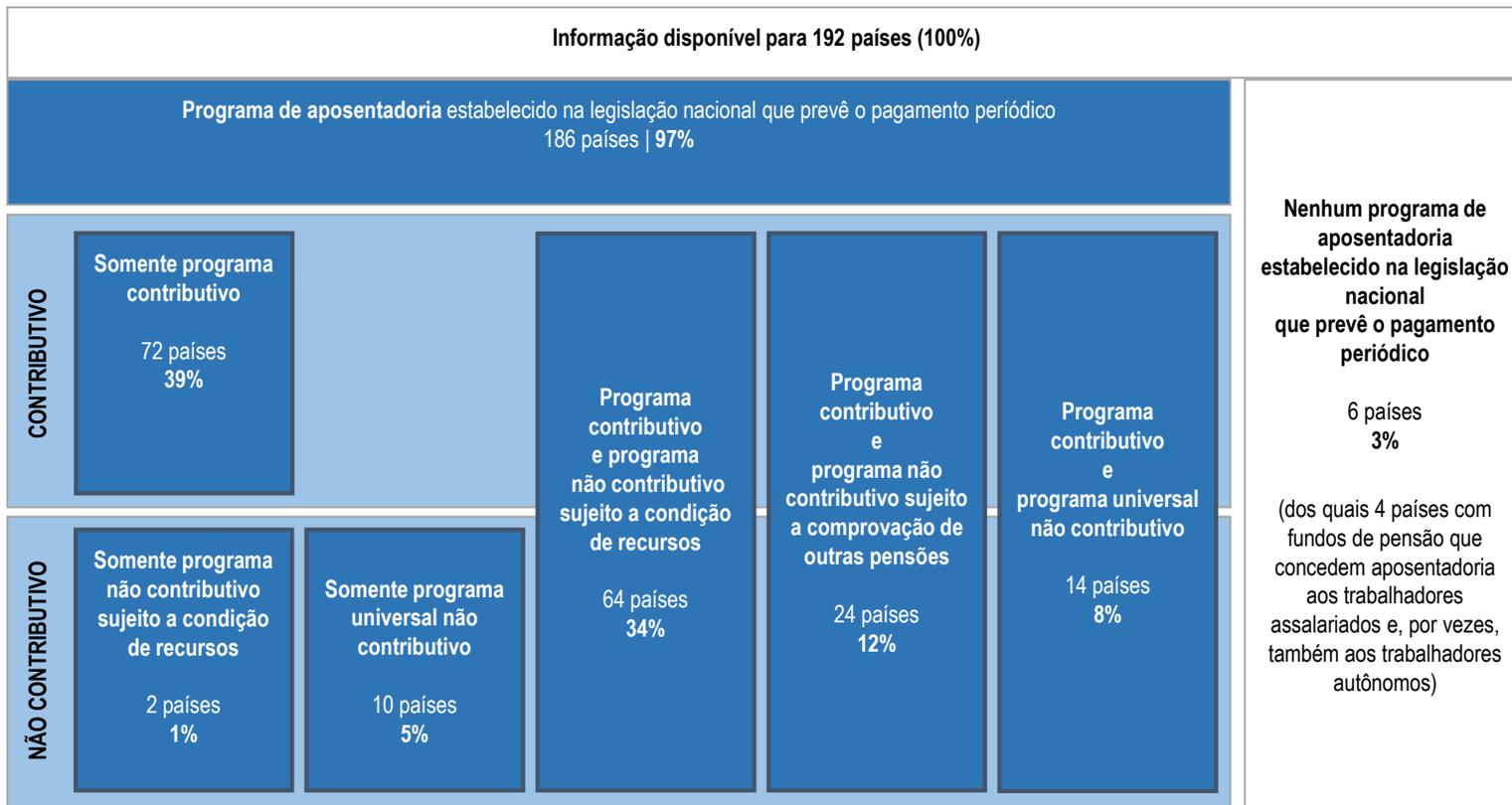




Expêriencia Internacional de reformas da previdência e os princípios da OIT

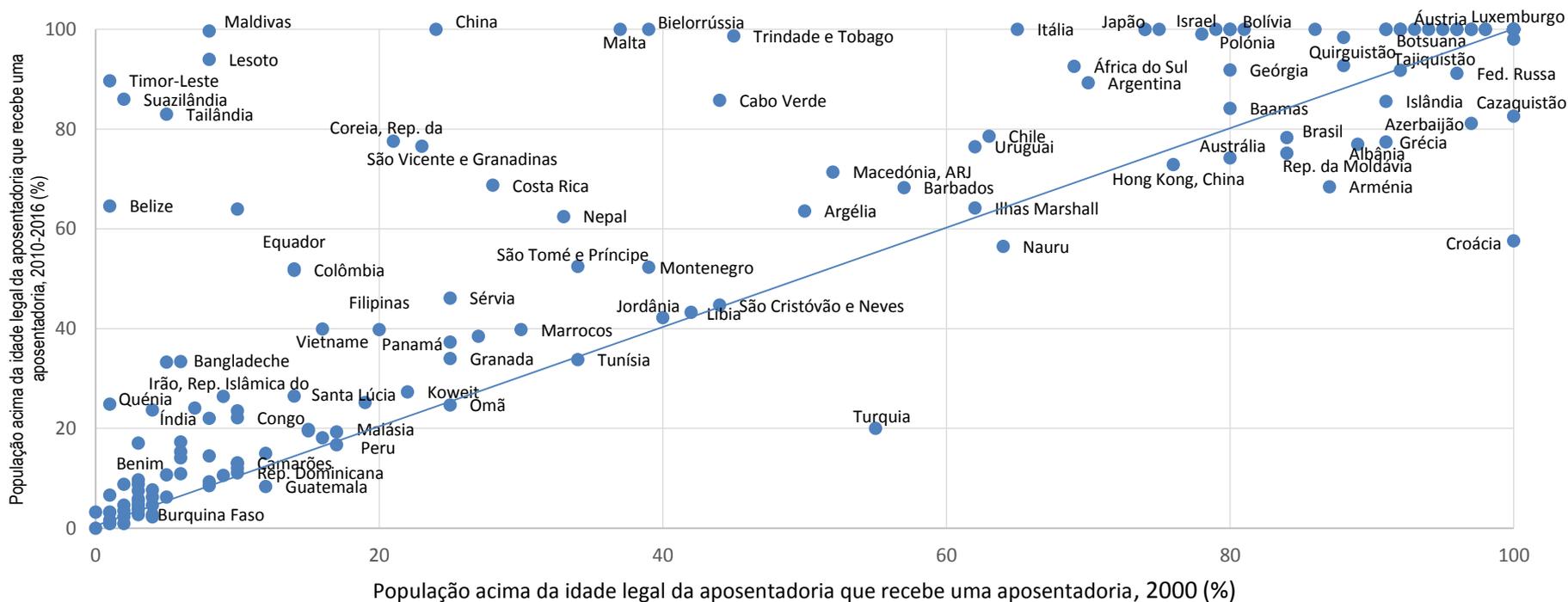
**Experiências em Previdência Social
Comissão Especial PEC6/2019
Câmara dos Deputados
Brasília, 4 de junho de 2019**

Estrutura dos sistemas previdenciários no mundo: Diversidade de modelos



Muitos países conseguiram aumentos significativos na cobertura previdenciária

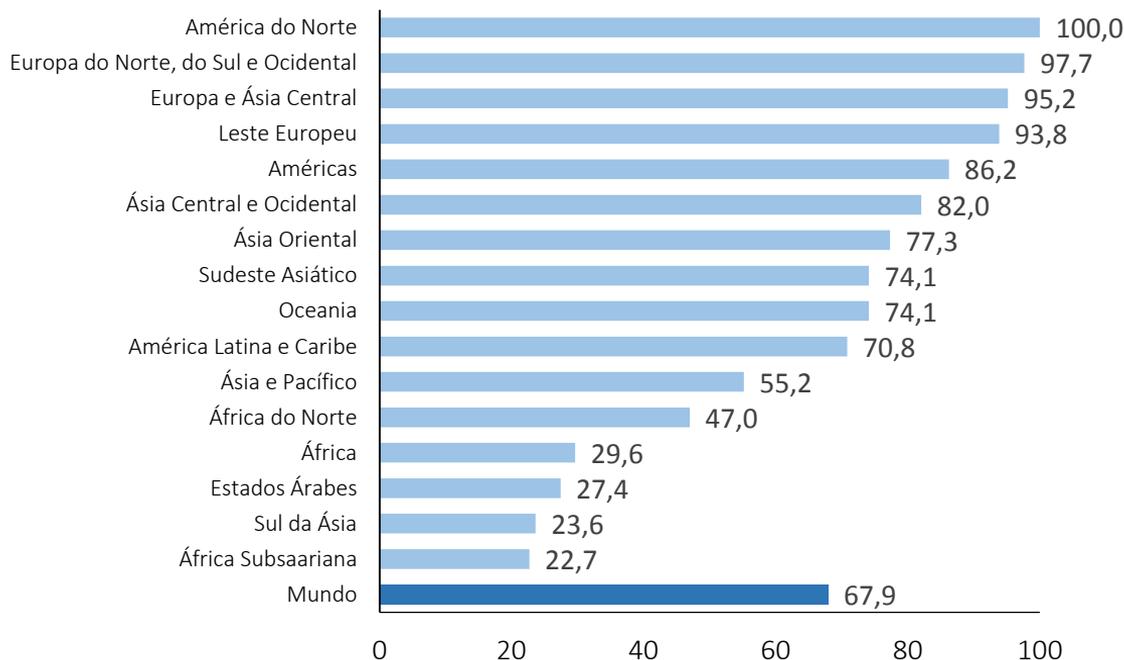
Indicador ODS 1.3.1 sobre a cobertura efetiva das pessoas idosas: Comparação da percentagem da população acima da idade legal de aposentadoria que recebe uma aposentadoria, em 2000 e 2010-15



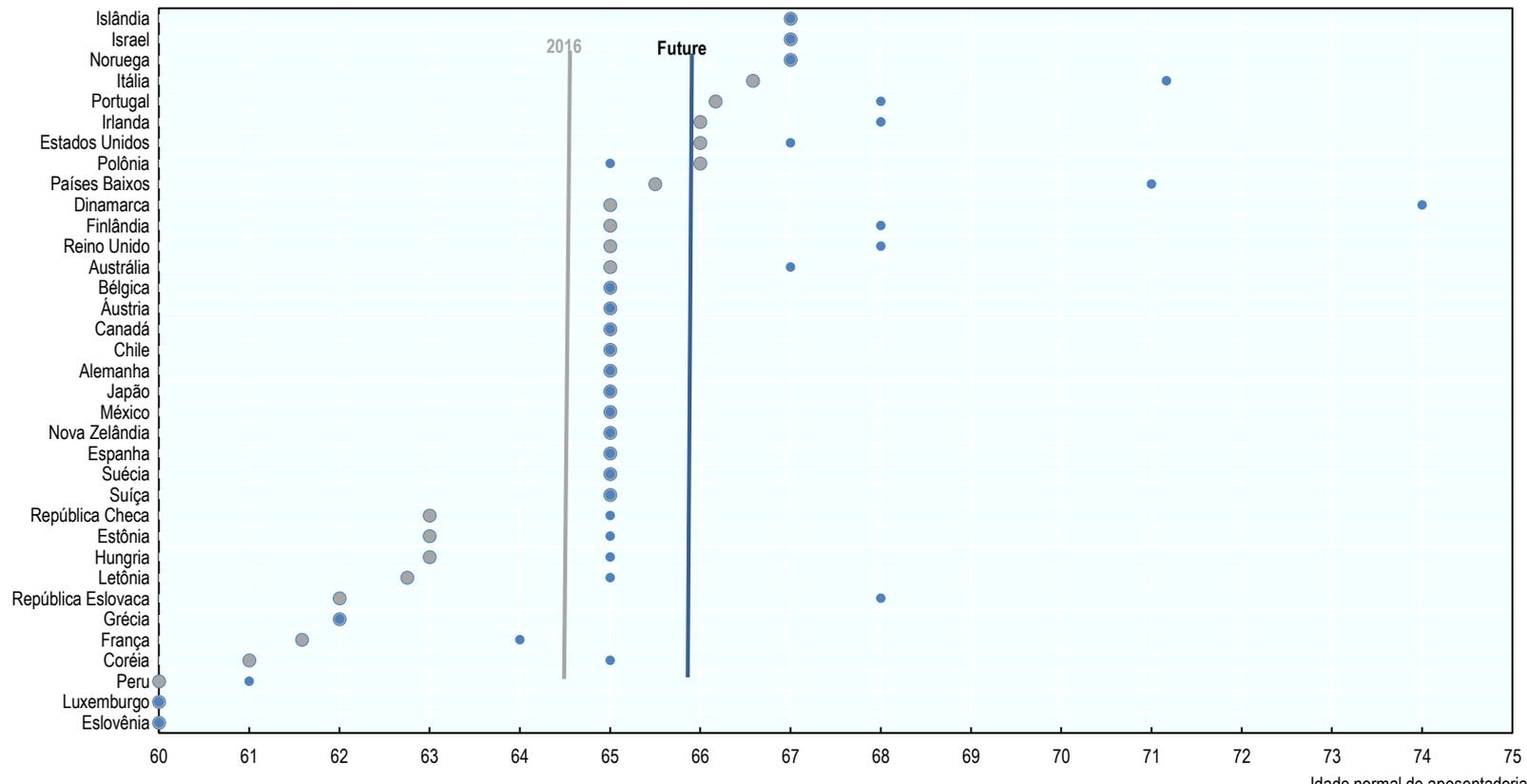
Entretanto 32,1% dos idosos não recebem aposentadoria alguma

Indicador ODS 1.3.1 sobre a cobertura efetiva das pessoas idosas:

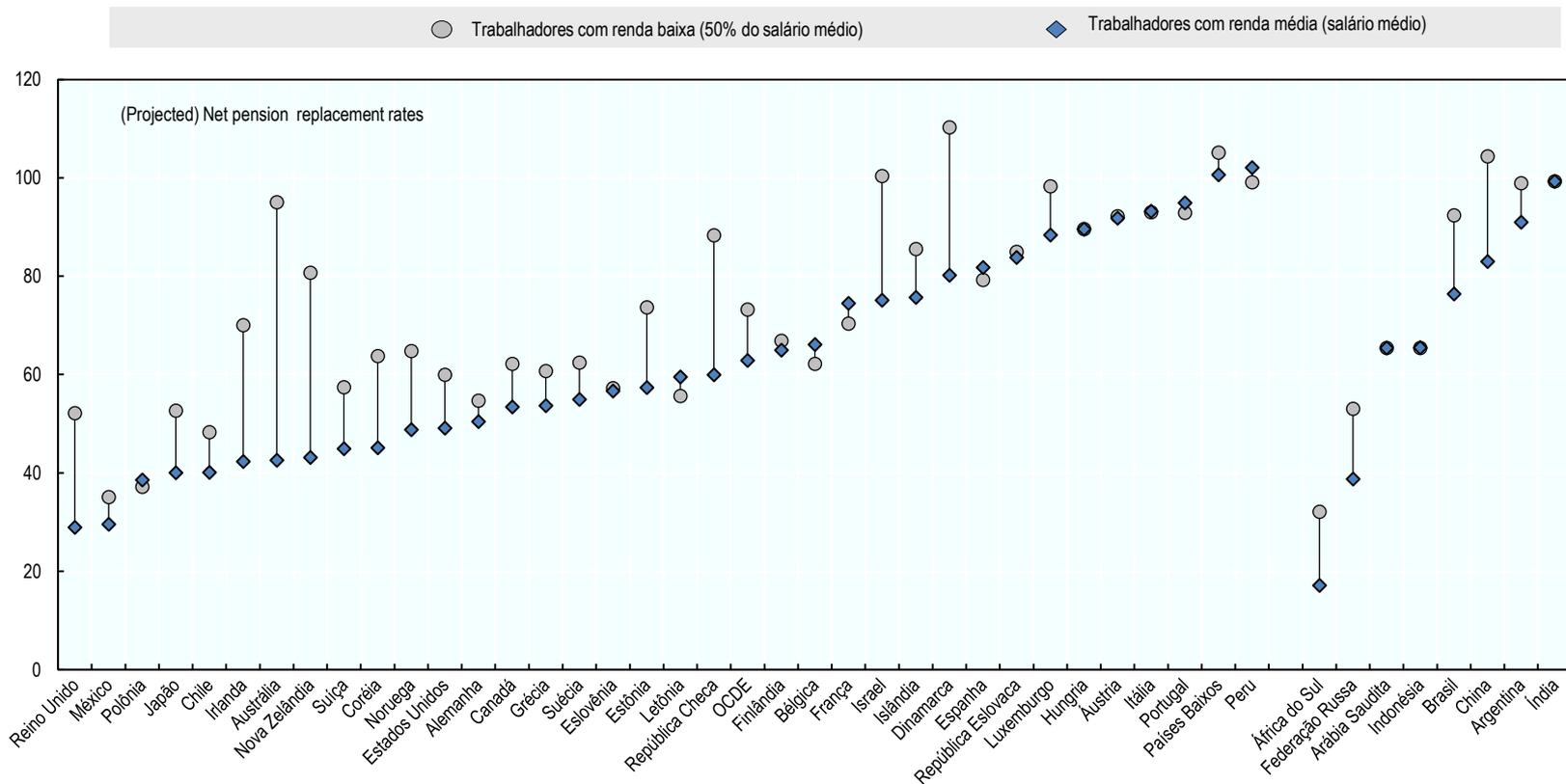
Percentagem de pessoas acima da idade legal de aposentadoria que recebe uma aposentadoria, por região, último ano disponível



Idade da aposentadoria aumentará em metade dos países da OCDE e outros, homens

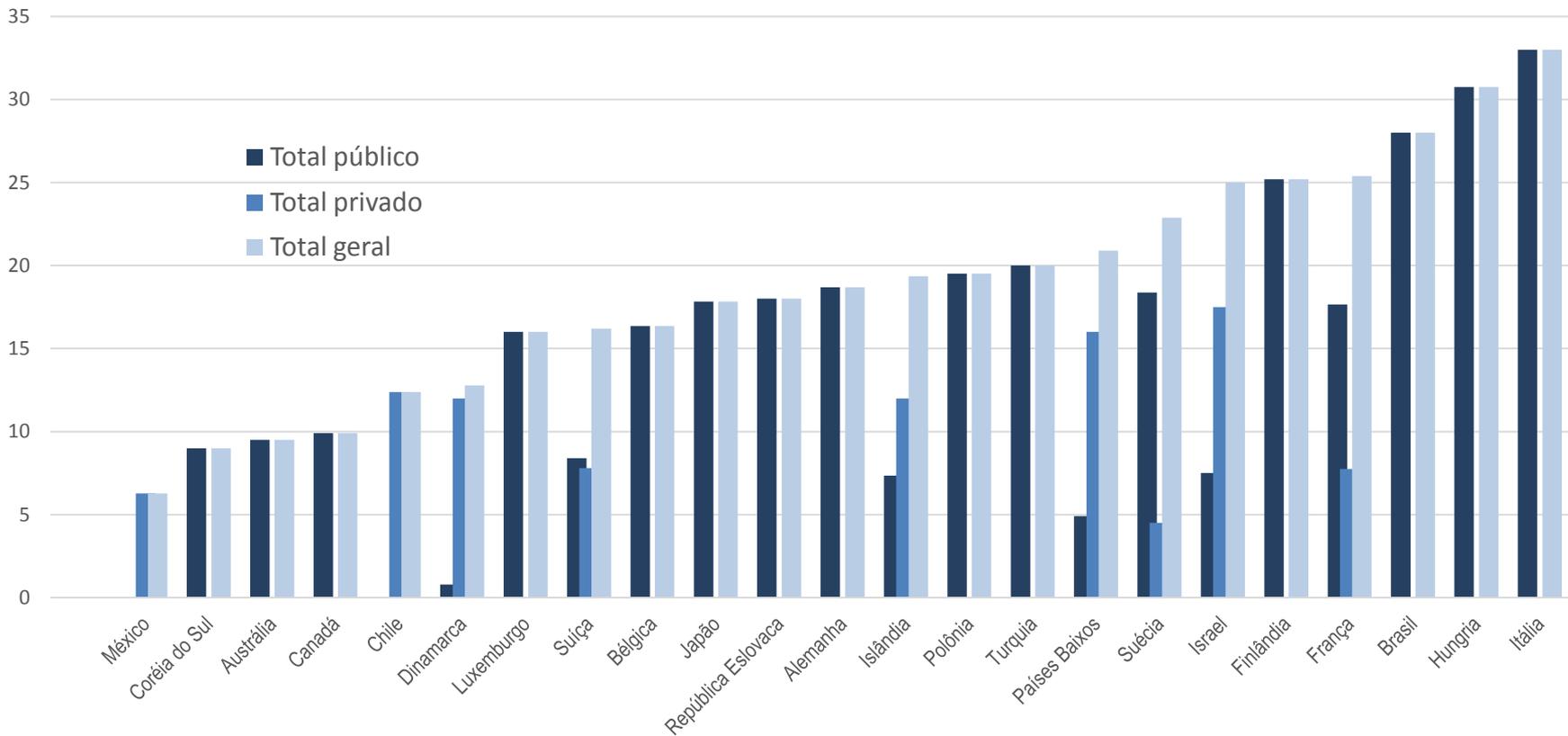


Taxas de substituição futuras para trabalhadores de renda baixa e média nos países da OCDE e do G20

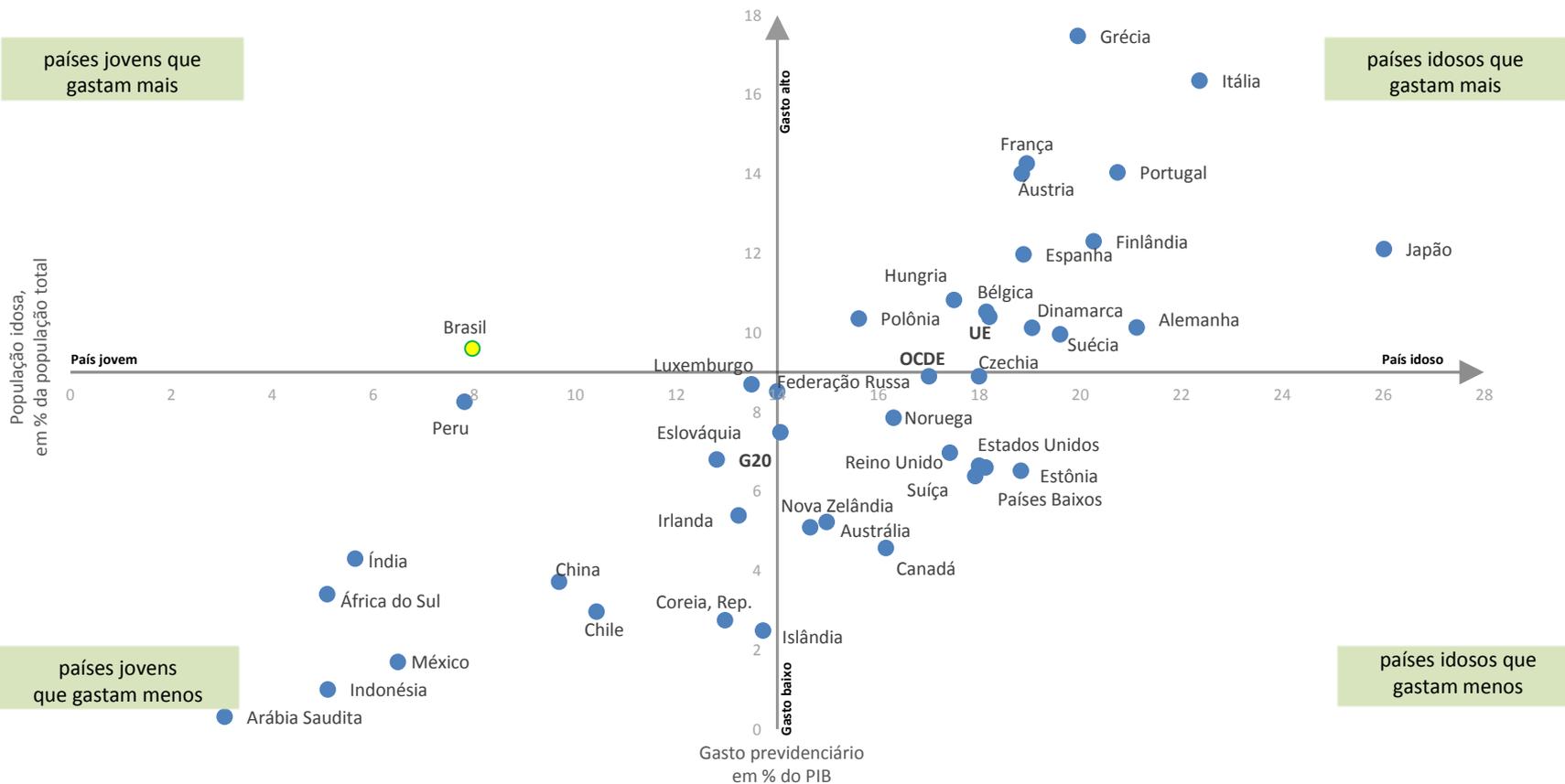


Taxas de contribuição obrigatória para previdência social de um trabalhador médio em 2016

OCDE e Brasil

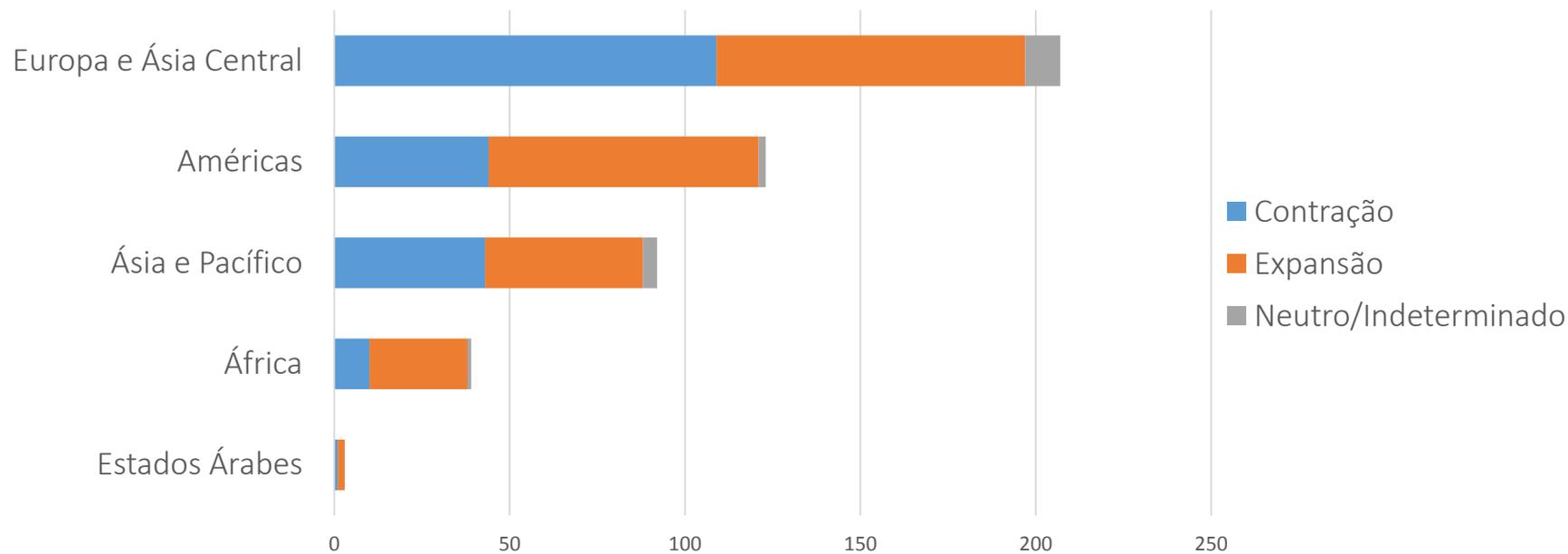


Gastos com a previdência social (% do PIB) e população idosa (% da população total)



Medidas de reforma da previdência ao redor do mundo....

528 Medidas de reforma em previdência anunciadas pelos governos entre 2010-2018, por região



As medidas de reforma incluem, por exemplo, o aumento da idade de aposentadoria, extensão da cobertura, aumento de benefícios e outras...



10 principais tipos de medidas	Número de medidas
Aumento da idade da aposentadoria	81
Extensão da cobertura	36
Aumento no nível de benefício	58
Modificação da fórmula de cálculo	24
Aumento das taxas de contribuição	23
Introdução de novos programas ou benefícios	17
Redução da idade de aposentadoria	13
Introdução ou aumento de incentivos à aposentadoria tardia	13
Reforma do método de indexação	11
Redução no nível de benefício	11

232 medidas anunciadas pelos governos para ajuste dos sistemas de previdência



Tipo de medidas anunciadas	Número de casos
• Aumento da idade de aposentadoria (81 casos); Eliminação da aposentadoria antecipada; Aumento do período de elegibilidade; Introdução ou aumento dos incentivos à aposentadoria tardia; Introdução ou aumento das penalizações na aposentadoria antecipada; Estreitamento dos critérios de elegibilidade	120
• Congelamento da indexação da aposentadoria; Modificação da fórmula de cálculo; Racionalização e estreitamento de programas ou benefícios; Redução de benefícios; Redução da taxa de substituição; Reforma do método de indexação	39
• Aumento do limite máximo de contribuição; Aumento das taxas de contribuição (29 casos)	36
• Contração de cobertura; Revogação de aposentadorias; Introdução de contas individuais	19
• Eliminar ou diminuir os subsídios aos benefícios; Introduzir ou aumentar os impostos sobre os benefícios; introduzir a opção de resgate voluntário; Fusão de vários programas; Encerramento parcial ou total de um programa; Reduzir ou eliminar a taxa de juros subsidiada sobre a poupança; Reduzir os subsídios às contribuições.	18
Número total de medidas de contração anunciadas	232

Introdução parcial ou integral de sistemas de capitalização individual (reformas estruturais)



- **1981-2014: 30 países adotaram reformas estruturais**
 - **América Latina (14):** Chile (primeiro em privatizar 1981), Peru (1993), Argentina e Colômbia (1994), Uruguai (1996), Bolívia, México e Venezuela (1997), El Salvador (1998), Nicarágua (2000), Costa Rica e Equador (2001), República Dominicana (2003) e Panamá (2008).
 - **No Leste Europeu e a ex-União Soviética (14):** Hungria e Cazaquistão (1998), Croácia e Polônia (1999), Letônia (2001), Bulgária, Estônia e Rússia (2002), Lituânia e Romênia (2004), Eslováquia (2005), Macedônia (2006), República Checa (2013) e Armênia (2014).
 - **Na África:** Nigéria (2004) e Gana (2010).
- **Situação em 2018: 18 países promoveram ajustes e/ou reverteram a reforma estrutural**
 - Venezuela (2000), República Checa (2016), Equador (2002), Nicarágua (2005), Bulgária (2007), Argentina (2008), Estônia, Letônia e Lituânia (2009), Bolívia (2009), Hungria (2010), Croácia e Macedônia (2011), Polônia (2011), Cazaquistão (2013), Romênia (2017), Federação Russa (2012) e Eslováquia (2008).

Tipologia das reformas estruturais da previdência 1981-2010



	Substituição integral	Sistemas paralelos ou substituição parcial
Características principais	Substituição do sistema público de repartição (PAYG) por um sistema previdenciário de gestão privada, baseado em contas individuais, capitalização plena e contribuição definida (CD).	Introdução de um componente complementar de capitalização plena dentro de um sistema mais amplo baseado em contas individuais, resultando num sistema composto por vários sistemas de previdência, alguns públicos (benefício definido, repartição e administração pública) e outros privados (contribuição definida e contas individuais totalmente financiadas). A ponderação de cada pilar difere significativamente de país para país. Quanto maior for o pilar privado, menor será a capacidade do pilar público de proporcionar segurança de renda adequada na velhice.
Exemplos	Chile (1981), Estado Plurinacional da Bolívia (1997), México (1997), El Salvador (1998), Cazaquistão (1998), Nicarágua (2000), República Dominicana (2003), Nigéria (2004).	Argentina (1994), Uruguai (1996), Hungria (1998), Polónia (1999), Costa Rica (2001), Letónia (2001), Bulgária (2002), Croácia (1999), Estónia (2002), Lituânia (2004), Roménia (2004), Federação Russa (2002), Eslováquia (2005), Macedónia (2006), Gana (2010).

Pontos para reflexão

1. As taxas de cobertura estagnaram ou diminuíram



JUSTIÇA SOCIAL
TRABALHO DECENTE

Argentina	Homens: 46% (antes da reforma, 1993) a 35% (em 2002) Mulheres: 42% (antes da reforma, 1993) a 31% (em 2002)
Chile	64% (antes da reforma, 1980) a 61% (em 2007)
Hungria	75% (antes da reforma 1998) a 71.8% (em 2009)
Cazaquistão	66% (antes de 1998) a 63% (em 2013)
México	37% (1996) a 30% (2004)
Bolívia	As taxas de cobertura estagnaram entre 1997 e 2009 (12%)
Polónia	As taxas de cobertura se estagnaram entre 1999 e 2013 (78%)
Uruguai	As taxas de cobertura se estagnaram entre 1995 e 2003 (70%)

Pontos para reflexão

2. Os níveis de benefícios se deterioraram



Chile	A taxa de substituição a médio prazo projetada é de 15% (e apenas 3,8% para trabalhadores de baixa renda). Esta situação está muito aquém das normas da OIT e carece de apoio público significativo.
Hungria	A taxa de substituição para pessoas com 20 anos de serviço foi estimada entre 9,8% e 12,5% abaixo dos níveis de pré-reforma e mais de 18% abaixo para pessoas com 30 anos de serviço.
Cazaquistão	A taxa de substituição caiu de 60% antes da reforma para 29,27% em 2013 após a reforma.
Bolívia	Após a reforma, a taxa de substituição correspondia, em média, a 20% do salário médio auferido durante a vida activa.
Polónia	A taxa de reposição caiu de uma média de 67% para menos de 40% após a privatização.

Pontos para reflexão

3. Elevados custos de transição



Argentina	Inicialmente, o custo foi estimado em 0,2 do PIB. O Banco Mundial aumentou-o para 3,6% do PIB, 18 vezes mais do que a estimativa original.
Chile	Trinta anos após a reforma, em 2010, os custos de transição ainda representavam 4,7% do PIB.
Hungria	O orçamento do Estado necessário para cobrir o déficit orçamentario aumentou de 0,19% do PIB em 1998 para 1,36% do PIB em 2009.
Cazaquistão	O custo acumulado (1998-2025) foi estimado em 36,5% do PIB de 1997.
Bolívia	Os custos de transição reais da reforma foram 2,5 vezes superiores às projecções iniciais.
Polónia	Entre 1999 e 2012, os custos de transição acumulados foram estimados em 14,4% do PIB.

Pontos para reflexão

4. Aumento dos custos administrativos

Custos administrativos antes e depois das reformas estruturais em países selecionados (em percentagem das cotações)



Pais	Antes da reforma estrutural	Após a reforma estrutural
Argentina	6.6 (1990)	50.8 (2002)
Bolívia	8.6 (1992)	18.1 (2002)
Hungria	2.0 (1998)	14.5 (2007)
Colombia	2.6 (1993)	25.9 (2002)
Chile	8.0 (1980)	19.5 (2002)
El Salvador	7.8 (1996)	21.3 (2002)
Peru	nd	30.5 (2002)
México	nd	40.3 (2002)
Uruguai	6.5 (1990)	18.2 (2002)

Pontos para reflexão

5. Aumento da desigualdade de gênero



Bolívia	A proporção de mulheres idosas que recebem uma pensão contributiva caiu de 23,7% em 1995 para 12,8% em 2007 como resultado da reforma.
Polônia	A proporção de mulheres em risco de pobreza na velhice atingiu um nível muito elevado de 22,5%.

6. Riscos demográficos e do mercado financeiro transferidos para os indivíduos

Argentina	A crise financeira interna de 2001-2002 conduziu a uma diminuição de 44% do valor dos fundos de previdência.
Chile	Em 2008, as AFPs chilenas perderam 60% de todos os rendimentos acumulados durante o período de 1982 a 2008.
Peru	Os activos dos fundos privados de previdência foram reduzidos em 50% durante a crise financeira de 2008, porque os gestores de fundos privados investiram em instrumentos de alto risco.

Ajustes das reformas estruturais



Fechamento das contas individuais

- **Venezuela, Rep. Bol. da Venezuela** (2000), Equador (2002) e Nicarágua (2005)
- **Argentina**, 2008 (fecha contas individuais e transfere fundos para o sistema público de repartição)
- **Hungria**, 2010 (transfere contas individuais para o sistema público PAYG, fundindo-o com o orçamento do Estado)
- **Bolívia** (Estado Plurinacional da), 2009 (proibição constitucional da privatização da previdência social e fechamento do sistema IRA para novos membros)
- **Rússia**, 2012 (as contribuições para contas individuais são canalizadas para a previdência social)
- **Polônia**, 2011 (redução) e 2014 (transferência de todas as contas individuais para o sistema de previdência social PAYG)
- **República Checa**, 2016 (novo governo põe fim ao Sistema de Contas Individuais)

Redução do componente contas individuais

- **Bulgária**, 2007 (cancelou o aumento das contribuições para o pilar das contas individuais, actualmente congelado em 5%)
- **Estônia**, 2009 (a contribuição de 4% para o segundo pilar é suspensa)
- **Letônia**, 2009 (redução da contribuição para as contas individuais de 8% para 2%)
- **Lituânia**, 2009 (redução da contribuição para as contas individuais de 5.5% para 1.5%)
- **Macedônia**, 2011 (as contribuições para as contas individuais obrigatórias diminuíram de 7,42% para 5,25%)
- **Croácia**, 2011 (redução da contribuição obrigatória para as contas individuais de 10% para 5%).
- **Eslováquia**, 2012 (redução da contribuição para as contas individuais de 9 para 4 por cento).
- **Cazaquistão**, 2013 (transferência da administração para o Governo)
- **Romênia**, 2017 (o governo reduziu e congelou as taxas de contribuição do segundo pilar)

>>>> Discussões em andamento em vários países (Uruguai, Mexico, ...)

Resumo das tendências globais



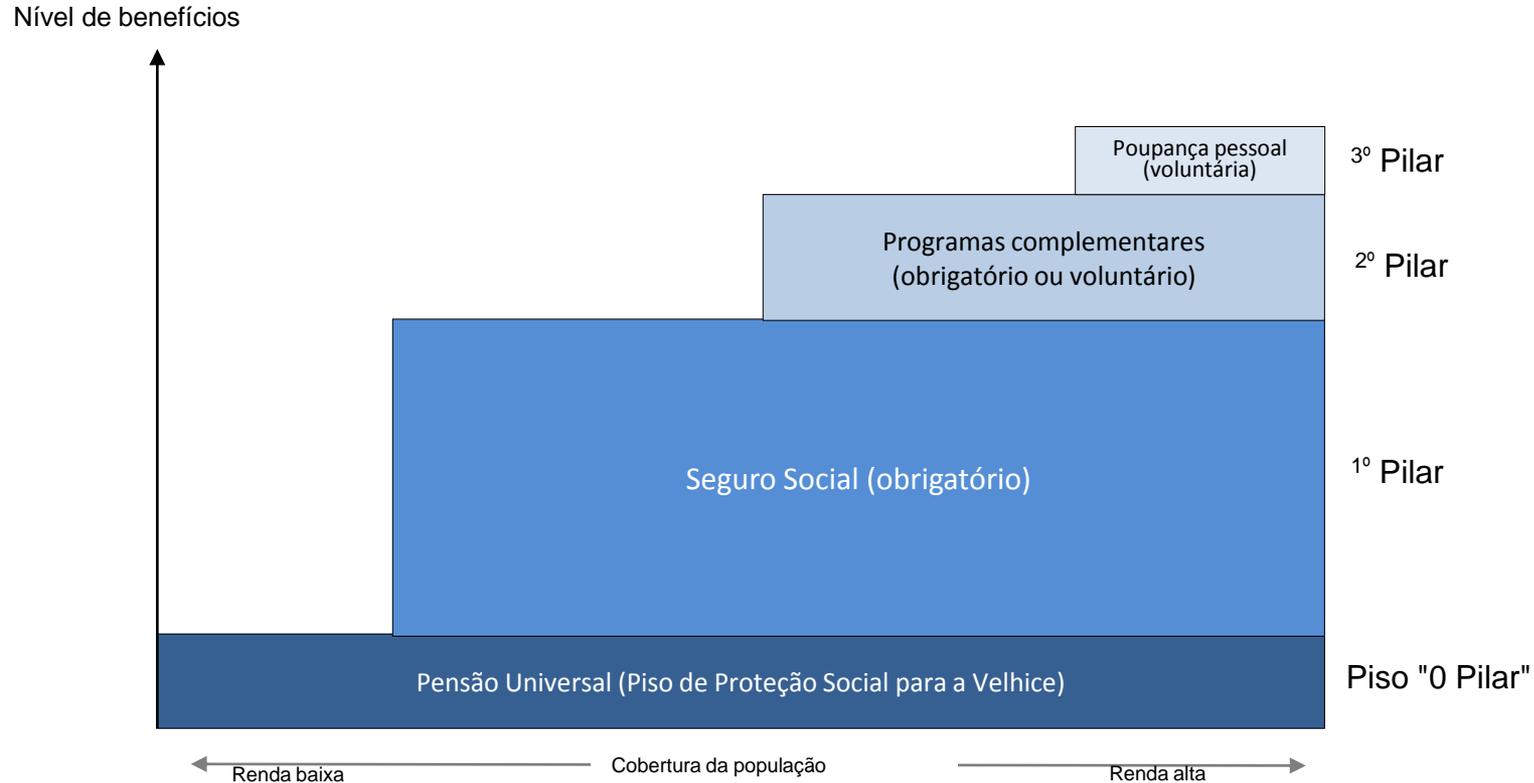
- Tendência principal: aumento da cobertura, tanto contributiva como não contributiva
 - Impacto da formalização na América Latina
 - Sistemas não contributivos: principalmente na África
- Reformas paramétricas:
 - Idade de aposentadoria
 - Critérios de elegibilidade para receber uma aposentadoria
 - Ajustes dos benefícios
- Reformas estruturais:
 - Ajustes e reversões

Princípios normativos da OIT para a reforma da previdência



1. A seguridade social como um **direito humano: universalidade da cobertura** baseada na **solidariedade social** (Constituição da OIT e vários instrumentos da ONU)
2. Solidariedade e **financiamento coletivo** (C.102)
3. Direito a **benefícios previstos na lei** (C.102)
4. **Adequação (suficiência) e previsibilidade** dos benefícios (C.102)
5. **Não discriminação, igualdade entre homens e mulheres e capacidade de resposta a necessidades especiais** (R.202)
6. **Responsabilidade global e primária do Estado** (ILC n.89 2001)
7. **Transparência e boa gestão financeira e administração** (R.202)
8. **Envolvimento dos parceiros sociais** e consultas com outras partes interessadas (R.202 e várias convenções de seguridade social)
9. **Sustentabilidade financeira, fiscal e econômica** (R.202; ILC n. 89, 2001)

O Modelo Multipilar de Previdência da OIT



Considerações finais



1. Respeito a princípios básicos e normas internacionais
2. Transparência, disponibilidade de informações confiáveis
3. Baseada em estudos técnicos, financeiros e atuariais
4. Consideração dos efeitos distributivos inter e intrageracionais
5. Aprendizagem das experiências internacionais
6. Diálogo social e consultas
7. Processo dinâmico e necessidade de ajustes regulares – custo a inação e minimização dos riscos de concepção